



**Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornais Yomiuri Shinbun, Nihon Keizai Shinbun e Asahi Shinbun, e às agências Kyodo News e Jiji Press, representantes da imprensa japonesa**

**Palácio do Planalto, 17 de maio de 2005**

**Jornalista:** Presidente, eu sou Motokura, da Kyodo News. Serei o primeiro a lhe perguntar. Em primeiro lugar, quero saber sobre a questão da reforma das Nações Unidas, da questão da cadeira cativa no Conselho de Segurança da ONU. Tenho quatro perguntas, basicamente.

- Primeiro, por que o Brasil gostaria de se tornar membro do Conselho?
- Segunda pergunta: os Estados Unidos vão, no caso, ouço dizer que eles não querem dar o poder de voto ao novo membro do Conselho de Segurança. Qual a sua opinião?
- Terceira pergunta: o Brasil juntou-se ao Japão, à Alemanha e à Índia e formaram o G-4 para, no caso, tentar a ampliação do Conselho de Segurança da ONU. Então, eu gostaria de saber qual é a importância dessa estratégia?
- E, por fim, a quarta pergunta: em relação ao Japão, a Coreia do Sul e a China têm dado vozes contra, de protesto; no caso do Brasil, parece-me que a Argentina é contra. Esta é a situação. Então o Brasil vai lidar com a Argentina de que forma, no futuro? Como vocês vão convencer a Argentina? O senhor acha que vai ser possível convencê-los a ser a favor agora?

**Presidente:** O Brasil, há muito tempo, tem discutido a necessidade da democratização das Nações Unidas e tem encontrado eco em vários países, inclusive no secretário-geral da ONU, Kofi Annan. O Brasil tem feito gestões junto a todos os países com quem temos tido relações e nós percebemos que há uma forte vontade, de muitos países importantes, de que as Nações Unidas



sejam democratizadas e que o Conselho de Segurança da ONU seja democratizado, com aumento do número de membros que participam do Conselho Permanente das Nações Unidas.

O Brasil quer participar porque entende que pode contribuir para que a ONU seja mais representativa e para que as decisões da ONU sejam levadas mais em conta, por causa da força das decisões da ONU com uma representação política mais forte.

O fato de os atuais membros do Conselho de Segurança, os membros permanentes terem problemas com relação ao veto, se os novos membros irão ter direito a veto ou não, é uma discussão que está em curso e nós temos que esperar duas coisas: primeiro, que os membros da ONU decidam se vão aumentar o Conselho de Segurança; segundo, que os membros da ONU decidam se os novos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU terão ou não direito a veto. Essa não é uma discussão que eu poderia adiantar para vocês agora. Mas é uma certeza que o Brasil, o Japão, a Alemanha e a Índia, mais o continente africano e outros países que querem fortalecer a ONU, querem uma participação, eu diria, total, querem uma participação sem que sejam tratados como membros inferiores no Conselho, mas membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU.

Vamos ver o que vai acontecer. A única coisa que eu tenho consciência é que o mundo mudou, a geografia política mudou, a geografia comercial mudou e a ONU tem que mudar. A ONU de 2005, a ONU de 2010, não pode ser a ONU de 1945, num mundo bipolar em que dois blocos diziam o que podia e o que não podia no mundo. Hoje, o mundo está mais democratizado, nós não temos mais Guerra Fria e, portanto, a ONU precisa representar essa nova cara que se estabeleceu no mundo.

O G-4 é a demonstração da coesão entre Japão, Alemanha, Índia e Brasil, quatro países importantes do ponto de vista da importância geográfica, quatro países importantes do ponto de vista das suas populações, quatro



países importantes do ponto de vista da economia e quatro países muito importantes nos seus continentes.

Além do G-4, nós estamos reivindicando mais duas vagas para o continente africano, que envolve uma parte da África Árabe, que envolve da África do Sul ao Egito, ou seja, nós queremos que esse Continente tenha dois países e o que nós esperamos é que o G-4 trabalhe fortemente com seus representantes na ONU para que a gente consiga convencer os países a votarem, primeiro, no aumento de número de membros permanentes e, segundo, que escolha esses países que estamos propondo.

Eu acho normal as contrariedades, eu acho normal que a China tenha uma posição de dúvida quanto à entrada do Japão e que a Coreia tenha uma posição de dúvida quanto à entrada do Japão, como aqui na América Latina nós temos a Argentina, que tem dúvidas com relação à entrada do Brasil, o México, que tem dúvidas. Mas são essas contrariedades que nos obrigam a exercer cada vez mais a força da democracia, a disputa, os argumentos, o convencimento dessa importância e eu acho que nós vamos conseguir, eu acho que Japão, Alemanha, Índia e Brasil, mais dois países da África, farão parte dos novos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Eu nunca esperei facilidade, até porque se fosse fácil já teria acontecido há dez anos, há quinze anos. Eu acho que é difícil convencer quem já está lá, quem já tem muito poder a repartir, mas o nosso papel é de convencer não apenas os atuais membros, mas convencer todos os países que têm voto nas Nações Unidas e, democraticamente, em algum momento, nós vamos decidir, eu sou muito otimista.

**Jornalista:** Vamos para a próxima pergunta. Eu gostaria de falar, eu sou de um jornal econômico e gostaria de falar sobre a questão econômica, anos 60, anos 70. Atualmente, nós estamos tendo uma relação bastante esfriada, mas essa



visita ao Japão, agora, eu acho que é uma chance sem igual para construir uma melhor relação econômica Brasil-Japão. Então, senhor Presidente, que tipo de resultado o senhor procura obter, principalmente do ponto de vista do etanol, da carne bovina, ou então de CDM? Qual é o tipo de expectativa que o senhor tem, principalmente nesses tópicos a que me referi? A questão da exportação do etanol, da carne bovina para o Japão e também a manga que, recentemente foi liberada. É claro que o Brasil gostaria que liberasse a carne bovina ou então o CDM. Eu gostaria de saber até que ponto, na prática, isso está avançado?

**Presidente:** Vamos retratar com fidelidade que o Japão já foi uma rota mais importante para as exportações brasileiras. O Japão já foi o oitavo destino das exportações brasileiras. Ou seja, de tudo que nós exportávamos, 8% era para o Japão, até 1990. E, em 2004, das nossas exportações, apenas 2.9% foram para o Japão.

O Japão é um país muito rico. O Japão tem 130 milhões de habitantes. O Japão tem um território, se comparado ao Brasil, pequeno. Portanto, o Brasil, com mais de 180 milhões de habitantes, e o Japão com aproximadamente 130 milhões de habitantes, não podem ter uma relação comercial de apenas 5 bilhões e 600 milhões de dólares. Nós precisamos aumentar essa balança comercial, no mínimo, para 10 bilhões de dólares. O Brasil tem interesse de vender mais para o Japão, o Japão tem interesse de vender mais para o Brasil. Nós temos interesse em que as empresas japonesas invistam no Brasil, temos interesse em que os empresários brasileiros façam parcerias com empresas japonesas. E tudo isso pode acontecer depois da nossa visita ao Japão.

A economia japonesa passou por momentos difíceis, nos anos 90. A economia brasileira também passou por momentos difíceis, nos anos 90. A economia japonesa se recupera e a economia brasileira se recupera, tudo caminha favoravelmente para os dois países. E cabe aos empresários



japoneses e aos empresários brasileiros, ao governo japonês e ao governo brasileiro, aproveitarem esses ventos favoráveis das nossas economias e aumentar muito a nossa relação.

O Brasil pode suprir as necessidades que o Japão tem, de etanol. O Brasil pode suprir as necessidades que o Japão tem, de carne bovina. E falo isso porque quem comprar a carne brasileira estará comprando a carne mais saudável do mundo, que é a carne do boi criado no pasto, o que nós chamamos aqui de “boi verde”, não tem ração animal, portanto, não tem “vaca louca”. E eu espero que vocês já tenham visitado os bons restaurantes de carnes, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, para saber a qualidade da carne brasileira.

O etanol, o Brasil tem tecnologia há 30 anos. Hoje, no Brasil, nós produzimos carros Flex e produzimos carros Triflex, carro que anda 100% a álcool, 100% a gasolina, pode misturar quanto quiser entre os dois e, ainda no mesmo carro, ele anda a álcool. As empresas japonesas poderiam produzir esses carros para o Japão. O Brasil tem condições de atender a demanda japonesa no uso do etanol, se o Japão decidir colocar 3% de etanol na gasolina.

Eu me lembro que fazia 28 anos que o Brasil tentava exportar manga para o Japão. E quando o primeiro-ministro Koizumi esteve no Brasil, eu fiz questão de oferecer umas boas mangas para que ele pudesse experimentar a qualidade da manga que o povo japonês está perdendo, muitas vezes por preconceitos do passado ao desenvolvimento brasileiro.

Mas nós não queremos exportar para o Japão apenas frutas, minérios, soja ou outros grãos. Nós queremos exportar para o Japão produtos com valor agregado. Nós queremos exportar para o Japão conhecimentos científicos e importar conhecimento científico na área, por exemplo, de remédios. Por exemplo, poderemos exportar aviões para o Japão porque o Brasil produz



aviões de muita qualidade, para vôos regionais, aviões de 100 lugares, de 50, de 90, de 108 lugares.

E essa é a razão pela qual eu vou ao Japão, com muitos empresários, com vários ministros, para que a gente possa outra vez descobrir o Japão, e para que o Japão possa descobrir o Brasil outra vez, porque nós temos uma relação muito forte. Em 2008, completa 100 anos que os emigrantes japoneses vieram para o Brasil. E, aqui, esses japoneses que sofreram muito no início do século XX ajudaram o Brasil a crescer, nas fábricas, nas universidades, na cultura. Não são poucos os médicos, os engenheiros, os empresários, os artistas japoneses que aqui fizeram carreira, como eu espero que os dekassegui façam no Japão.

Então, dois países que têm essa história, que têm essa integração, não podem permitir que, no século XXI, com os avanços tecnológicos, com os avanços do meio de transporte, a distância seja obstáculo, porque as distâncias não foram obstáculos para os japoneses que vieram para cá, em 1908, a distância não foi obstáculo para os brasileiros, os quase 300 mil brasileiros que estão no Japão agora. Ora, se não foi obstáculo para a nossa gente pobre, será menos obstáculo para os dois Estados e para os empresários dos dois países.

Por isso, quero chegar ao Japão com muito otimismo, e quero sair do Japão com a certeza de que nós vamos aumentar em muito a balança comercial entre os dois países.

**Jornalista:** Eu tenho uma outra pergunta. O senhor disse, no caso, que 10 bilhões seriam o ideal, que iríamos pelo menos ter isso. O senhor tem alguma idéia concreta de como vamos conseguir isso?

O senhor disse há pouco que 5,6 bilhões de dólares da balança comercial é muito pouco entre os dois países. Na verdade, poderia ser muito mais. Então, essa meta a que o senhor se referiu, tem alguma coisa concreta,



alguma estratégia concreta?

**Presidente:** Não existe nenhuma possibilidade de eu definir números aqui. O que eu disse é que, pela importância econômica dos dois países, pelo tamanho da população dos dois países, 5 bilhões e 600, é muito pouco entre os dois países. Por isso é que nós estamos indo ao Japão, para mostrar que nós temos muito mais a oferecer e que o Japão também, certamente, terá muito a nos oferecer.

**Jornalista:** Gostaria de acrescentar uma pergunta com relação ao etanol. O fato de, de repente, o Japão querer produzir um carro bicomcombustível. O Brasil, então, forneceria a tecnologia para que o Japão pudesse fabricar esses carros bicomcombustíveis? Eu posso entender dessa forma?

**Presidente:** O Japão tem indústrias de automóvel no Brasil e essas mesmas indústrias poderiam produzir. Hoje, praticamente todas as empresas estão produzindo, só as japonesas não estão produzindo e, para mim, seria importantíssimo que elas produzissem.

Eu disse a vários empresários japoneses que me visitaram no Brasil que seria importante que eles viessem para o Brasil para fazer um investimento no etanol e as próprias empresas japonesas, em parceria com empresas brasileiras, garantirem o suprimento das necessidades do Japão nessa área.

**Jornalista:** Eu sou Izumi, do jornal Asahi. Há pouco se falou muito de dekassegui, nós temos cerca de 300 mil pessoas. É sobre isso que eu gostaria de perguntar. É uma notícia um pouco infeliz. Outro dia, em uma província chamada Gyfo, lá no Japão, nós soubemos que dois dekassegui brasileiros atacaram um policial japonês, e eles roubaram uma arma desse policial e fugiram. Então, esses dekassegui estão com problema de educação, a vida do



dia-a-dia, a parte assistencial. Como o senhor acredita que pode ser levada uma melhor assistência a esse povo de kassegui atuando no Japão?

**Presidente:** Eu tenho consciência de que numa comunidade de 300 mil pessoas você pode ter alguns desvios, como certamente tem desvios na colônia japonesa aqui no Brasil.

O que é importante é que a gente tenha consciência de que a grande maioria das pessoas é boa, elas querem trabalhar e querem contribuir com o Brasil e com o Japão. Eu estou levando comigo o Ministro da Educação, estou levando comigo o Ministro do Trabalho, estou levando comigo o Presidente do Sebrae, que é filho de japonês. Nós queremos criar as condições e o governo japonês tem demonstrado boa vontade de reconhecer as escolas que estamos montando no Japão para os brasileiros. Nós queremos preparar os brasileiros que estão lá para se transformarem em pequenos investidores quando regressarem ao país, nós queremos discutir com o governo japonês o aprimoramento e o aperfeiçoamento da participação desses jovens no processo educacional e no processo da prática de esportes, práticas culturais dentro do Japão e eu acho que nós vamos construir uma comunidade excepcionalmente sadia, que seja motivo de orgulho para o Brasil e para o Japão.

Os casos excepcionais nós trataremos como casos excepcionais, mas eu não tenho dúvida nenhuma de que os nossos japoneses que estão no Japão são tão trabalhadores quanto os japoneses do Japão que estão no Brasil. Por isso, nós queremos que eles tenham a certeza de que estando no Japão, eles não estão numa pátria diferente, eles deverão se sentir como se estivessem na sua própria pátria, afinal de contas, é a pátria do pai deles. Eu acho que esse tratamento respeitoso é o que nós queremos que os dois governos dediquem aos nossos irmãos, no Japão e no Brasil.



**Jornalista:** Com relação à comunidade japonesa, perdão, brasileira, no Japão. Uma parcela das pessoas é criminoso ou transviada, digamos assim, mas infelizmente essa pequena parcela acaba criando certo preconceito. Em termos estrangeiros, a maior comunidade é a chinesa e, depois, a coreana. Mas, em termos de criminalidade os brasileiros estão em segundo lugar, logo depois da comunidade chinesa lá no Japão. Com relação a isso, qual é o seu ponto de vista, a sua opinião, senhor Presidente?

**Presidente:** Foi isso que eu disse, agora há pouco, que nós vamos levar o Ministro da Educação, o Ministro do Trabalho, para que a gente possa discutir com os ministros do Japão a tomada de medidas que possam ajudar para que os brasileiros que estão no Japão não cometam nenhum ato que possa criar problemas para a comunidade brasileira no Japão.

E eu disse, agora há pouco: é preciso melhorar as condições de educação, é preciso criar condições desses jovens terem uma atividade cultural no Japão. E, sobretudo, é preciso, além do estudo e da questão cultural, esses jovens terem perspectivas de trabalhar e viver dignamente no Japão.

É esse o nosso desejo. Vamos preparados para discutir isso fortemente com o governo japonês. E esperamos que na próxima entrevista coletiva que nós tivermos com a imprensa japonesa, esse assunto já não esteja mais na pauta, porque foi resolvido.

**Jornalista:** Eu sou Nakajima, do jornal Yomiuri. O Japão tem uma forte aliança com os Estados Unidos e tem um grande interesse nas relações brasileiras e norte-americanas. Portanto, eu gostaria de perguntar sobre esse aspecto. A primeira pergunta, a questão da ALCA, que agora está, me parece, estagnada. Eu gostaria de saber, então, das perspectivas futuras, a primeira pergunta, portanto, é essa. A segunda pergunta: os Estados Unidos estão querendo que o Brasil venha a ser um intermediário entre os Estados Unidos e a Venezuela.



Que tipo de diplomacia externa o senhor acha que deverá ser exercida pelo Brasil?

**Presidente:** Olhe, é verdade que o Japão é um grande aliado dos Estados Unidos. E é verdade, também, que o Brasil tem uma grande história de relação com os Estados Unidos, e que os Estados Unidos são o nosso primeiro parceiro comercial, como deve ser o primeiro parceiro comercial individual do Japão, ou o segundo.

E o Brasil pretende fortalecer essa aliança com os Estados Unidos, no campo comercial, no campo político, no campo cultural, porque sabemos a importância que os Estados Unidos têm no mundo. E queremos aumentar a relação com o Japão porque também sabemos a importância que o Japão tem no mundo.

E, aí, entra o assunto Acordo de Livre Comércio das Américas, a ALCA, que houve um momento em que estava muito ideologizada, havia uma carga ideológica muito grande na ALCA, porque nós nunca fomos contra ter um Acordo de Livre Comércio das Américas. O que nós não concordávamos era com as condições colocadas pelos Estados Unidos, ou seja, todos os produtos em que o Brasil tinha vantagens comparativas com os Estados Unidos, eles queriam discutir na OMC. E nós fizemos o mesmo: tudo o que eles tinham de vantagem comparativa conosco, nós também queremos discutir na OMC. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto é que o sistema de política comercial, de integração entre países que melhor atendem às necessidades do Brasil é uma espécie de modelo do que aconteceu na União Européia. Os países mais ricos investiram muito dinheiro para que os países mais pobres tivessem poder de competitividade, pudessem se desenvolver, recebendo dinheiro para investimento na área de infra-estrutura, recebendo dinheiro para investimento na área de tecnologia. E esses países cresceram, sobretudo Espanha, Portugal



e Grécia. Ora, a ALCA tem que levar em conta que os Estados Unidos sozinhos representam, o PIB americano representa 80% de todo o dinheiro que estará envolvido nesse acordo de livre comércio com muitos países pequenos e pobres, sem nenhum poder de competitividade. O que nós reivindicávamos era que houvesse, na discussão do acordo de livre comércio, uma política de ajuda ao desenvolvimento desses países, para que o acordo pudesse se dar de forma mais soberana e que os países mais pobres tivessem as oportunidades de fazerem crescer as suas economias. E eu acho que isso é o correto e não é apenas uma cobrança aos Estados Unidos, o Brasil também tem responsabilidades de ajudar os outros parceiros mais pobres. Nós não queremos ter uma relação hegemônica com os nossos vizinhos, nós queremos ter uma relação de parceria, em que as oportunidades sejam idênticas. Eu penso que nos próximos anos esse assunto vai ser resolvido da forma mais democrática possível, até porque o desenvolvimento da América Latina é de interesse do Brasil. Somente com o desenvolvimento é que nós teremos o fortalecimento da democracia e teremos a tão sonhada paz que nós queremos para o nosso Continente.

Na América do Sul, o Brasil só não faz fronteira com dois países: Chile e Equador. Com os outros, o Brasil tem fronteira. É por isso que para nós a paz não é uma palavra mágica, é uma necessidade construí-la. Por isso nos dedicamos fortemente para ajudar a Venezuela a consolidar o seu processo democrático. E foi graças à boa vontade do governo venezuelano e do povo da Venezuela, mais os países que constituíram o Grupo de Amigos da Venezuela, por isso o Grupo de Amigos que nós constituímos foi muito importante para consolidar a democracia na Venezuela. A influência que o Brasil quer ter é essa, a de constituir parceiros que pensem como o Brasil para que, conjuntamente, encontremos as soluções para o desenvolvimento e para a paz que vai significar justiça social no nosso Continente. E é assim que nós queremos negociar a ALCA; e é assim que nós queremos democratizar a



Organização Mundial do Comércio e é assim que nós queremos democratizar as Nações Unidas, dialogando, debatendo e encontrando as soluções, resultado do amadurecimento democrático dos Estados no mundo inteiro.

**Jornalista:** Eu sou Ichikawa, da Jijipress. A última pergunta, me permita, senhor Presidente. A questão da reforma previdenciária, do Fome Zero, são projetos que se iniciaram no seu mandato, a reforma agrária. Parece-me que, a curto prazo, nós não estamos enxergando resultados concretos. Então, até o final do seu mandato talvez nós realmente não tenhamos resultados concretos. O senhor está tentando algum plano, alguma intenção de o senhor ter um segundo mandato, uma reeleição, para poder continuar com esses projetos citados?

**Presidente:** Olhe, com relação à Previdência Social, nós fizemos em apenas um ano o que nenhum país do mundo conseguiu fazer em dez. Em apenas um ano nós fizemos a reforma na Previdência Social. Acontece que uma reforma na Previdência não dá resultados imediatos, dá resultados ao longo dos próximos 15 ou 20 anos, porque você mudou padrões, você mudou contribuições, você mudou regras para as pessoas se transformarem em beneficiárias. Então, nós mudamos em 2003 e o resultado disso se dará ao longo do tempo. Vai ser assim no Japão, vai ser assim na França, será assim nos Estados Unidos, a cada 30 ou 40 anos nós deveremos fazer reforma na Previdência para adequá-la aos novos tempos. Então, a reforma da Previdência foi um sucesso excepcional que, ao longo do tempo, irá se concretizar.

Segundo, o projeto Fome Zero: nós chegaremos este ano, no dia 31 de dezembro, com 8 milhões e 700 mil famílias participando do programa Fome Zero, através do Bolsa Família. É o maior programa de transferência de renda que existe no mundo nos dias de hoje e eu pretendo chegar, no final de 2006,



atendendo a todas as pessoas que estão vivendo abaixo da linha da pobreza.

Com relação à reforma agrária, eu vou lhe dar um número que depois o André pode tentar confirmar a exatidão. Não existe, fora de períodos revolucionários, nenhum país do mundo que em apenas dois anos e quatro meses desapropriou 10 milhões de hectares de terra para a reforma agrária. Dez milhões de hectares de terra. Isso equivale a muitos países da Europa.

O nosso problema não é só a terra. O nosso problema é que a reforma agrária precisa de investimentos e conhecimentos científico e tecnológico para que a terra possa produzir produtos, cada vez de melhor qualidade. Precisamos levar luz elétrica, precisamos levar água, precisamos garantir preço, precisamos escoar a produção. É um sem-número de coisas que nós estamos fazendo.

Quando nós tomamos posse, menos de 10% da agricultura familiar brasileira tinha assistência técnica. Dois anos e quatro meses depois, já são 70% que têm assistência técnica. Em 2003, nós tivemos 12 bilhões e 200 milhões de reais para financiar a agricultura familiar. Este ano, nós colocamos 7 bilhões para financiar a agricultura familiar.

Eu desconheço, talvez a Rússia depois da Revolução de 17, talvez Cuba depois da Revolução de 59, conseguiram, em um curto espaço de tempo, fazer o que nós estamos fazendo em apenas dois anos e quatro meses. E nós sabemos que temos que fazer muito mais porque, para nós, manter as pessoas trabalhando no campo é extremamente importante, não só pela garantia da melhoria da qualidade de vida dessas pessoas, mas também para evitar a migração para os grandes centros urbanos em condições desumanas.

Com relação à reeleição, o Brasil tem reeleição e, portanto, quem for presidente tem o direito de concorrer a um novo mandato. Eu não tenho uma definição porque é muito cedo para definir, já que me falta um ano e meio de mandato e, possivelmente, eu deixe para tomar a decisão no momento certo, porque este ano eu estou dedicando à consolidação do modelo de governar



que nós introduzimos no país, fazendo com que a parte mais pobre da população tenha acesso a benefícios. E vocês sabem que, se um país rico como o Japão levou praticamente dez anos para que a sua economia voltasse a crescer, é muito mais difícil para um país pobre como o Brasil fazer este país voltar a ter credibilidade interna e externa e fazer a economia crescer de forma sustentável, a ponto de garantirmos à sociedade brasileira um ciclo de crescimento que possa durar décadas e não meses, como já aconteceu no Brasil.

Muito obrigado a vocês